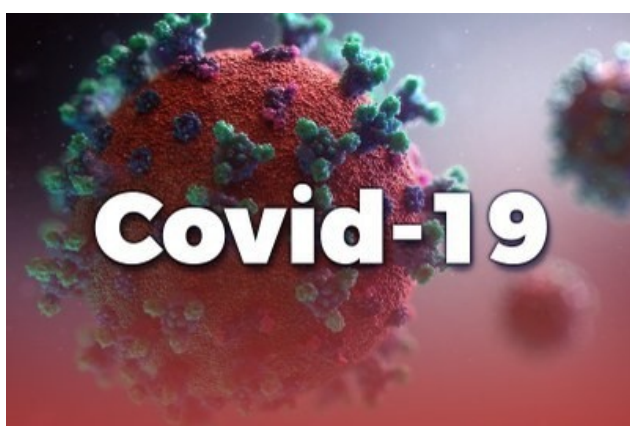




O que está sendo feito?

1. Informações sobre o número de testes adquiridos, entregues e realizados



A Secretária de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde informou ao Giac-Covid-19 que, nesta semana, serão distribuídos 330 mil testes RT-PCR aos estados, sendo 100 mil destinados ao Rio de Janeiro e 230 mil às demais unidades da federação. Segundo a informação, até 7 de abril, foram realizados mais de 150 mil exames em todo o país para diagnosticar casos de síndrome

respiratória aguda grave, sendo que 13,7 mil deles deram resultado positivo para covid-19. O número de exames realizados deve aumentar nos próximos dias, com a distribuição dos novos testes.

A secretaria apresentou dados relativos à quantidade de testes já adquiridos e efetivamente entregues. Com a Fundação Oswaldo Cruz, foi acertada a produção de 3 milhões de testes RT-PCR, sendo que 104.872 já foram entregues, o que representa 3,5% do total. A Petrobras doou 300 mil testes RT-PCR nesta semana, dos quais 100 mil ficarão no estado do Rio de Janeiro, segundo acordo. Ao todo, a empresa vai doar 600 mil testes. A Secretaria já recebeu também 500 mil testes rápidos sorológicos para auxílio ao diagnóstico da covid-19, de uma doação de 5 milhões de exames oferecida pela empresa Vale.

Sobre a capacidade atual dos laboratórios públicos de processar os testes, a secretaria informou que as 27 unidades dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) fazem 2,7 mil testes por dia para covid-19, enquanto as unidades da Fiocruz processam 4 mil testes diários, totalizando 6,7 mil testes por dia. A secretaria trabalha para ampliar essa capacidade, com o objetivo de chegar a pelo menos 30 mil exames por dia num prazo de 180 dias.



2. Orientações sobre atuação em caso de distribuição direta de merenda escolar

A coordenadora do GT-Educação da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, Maria Cristina Manella Cordeiro, representante do MPF na Comissão Permanente de Educação (Coopeduc) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, encaminhou para ciência do Giac [nota pública](#) divulgada pelo CNPG que orienta a atuação dos membros do MP em relação à distribuição direta de alimentos da merenda escolar a famílias de alunos de escolas públicas com aulas suspensas. A medida está prevista na Lei n. 13.987/20, sancionada nessa terça (7) pelo presidente da República. O MEC anunciou que divulgará em breve as estratégias emergenciais que possibilitarão o atendimento da norma.

Para a Coopeduc, o MP deve atuar no sentido de evitar dano ao erário e desperdício de alimentos. Sugere-se orientar os administradores para que encaminhem às famílias alimentos já adquiridos em primeiro lugar, especialmente os perecíveis, para consumo no período de isolamento social. A aquisição e distribuição de novos alimentos deve ser supervisionada, primando-se pela garantia de segurança alimentar dos alunos, especialmente dos que estão em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o MP deve fiscalizar e exigir a implementação de outras ações assistenciais de enfrentamento da fome, uma vez que a distribuição de alimentação escolar não exime municípios, estados e a União desse dever.

3. Medidas para evitar aglomerações em bancos e lotéricas por causa do horário reduzido

A Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do Ministério Público Federal (3CCR/MPF) enviou à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e ao Banco Central do Brasil (Bacen) ofícios com sugestões para minimizar as aglomerações em filas nos estabelecimentos bancários. A preocupação é que a redução do horário de atendimento das agências – autorizada pelo Bacen devido ao risco de saúde pública pela covid-19 – contribua para uma maior concentração de pessoas nas filas, aguardando atendimento.



As propostas são uma iniciativa do Grupo de Trabalho (GT) Sistema Financeiro Nacional da 3CCR, que compilou as melhores práticas indicadas pelas autoridades sanitárias, bem como medidas e providências sugeridas por membros do MPF e dos Ministérios Públicos estaduais para mitigar problemas nas unidades federadas. [Leia mais.](#)

4. Balanço da atuação regional do MPT

O Ministério Público do Trabalho segue informando atividades desenvolvidas pelas regionais do órgão. No Piauí, além de reuniões semanais com secretários de saúde, a regional está em contato com a Universidade Federal do Piauí para criação de protótipos e produção em escala de respiradores e peças. Articulação similar acontece em Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina, com universidades e institutos federais. Em Minas, já foram expedidas 5,2 mil recomendações de caráter geral sobre a covid-19. Também houve expedição de recomendação a abrigos de migrantes, para garantir condições sanitárias a trabalhadores e abrigados.

No Ceará, o MPT articula com sindicatos de trabalhadores a implementação de medidas preventivas para o trabalho em regime de confinamento (plataformas de petróleo). Também negocia para evitar demissões em massa nos portos e terminais das empresas da indústria do petróleo. Na regional do DF e Tocantins, houve formação de gabinete de crise, com plano de ação regional e criação de grupos de trabalho específicos para atuar em determinados segmentos econômicos (saúde, transporte, supermercados, vulnerabilidades econômicas e ação promocional informativa).

No Paraná, o MPT conduz diagnóstico das categorias profissionais mais prejudicadas pela pandemia, incluindo identificação de medidas necessárias para proteger trabalhadores e diálogo com sindicatos, empresas e agências reguladoras. Houve expedição de recomendações a empregadores, sindicatos patronais e profissionais dos setores econômicos considerados de risco muito alto, alto ou mediano, para observação de medidas de segurança. As mesmas medidas estão sendo adotadas pelo MPT em Santa Catarina, com a identificação dos setores mais sensíveis e diálogo e expedição de recomendações para proteção dos trabalhadores. Em Santa Catarina, o órgão atua ainda junto aos governos estadual e municipais, objetivando editar ou revisar decretos e assegurar os direitos dos trabalhadores afetados pela pandemia.